



JUVENTUDE É A SOLUÇÃO

Ronald Sorriso, secretário da Juventude do governo Lula, trabalha para garantir a qualidade de vida da juventude quase sem orçamento e defende que os mais jovens participem das decisões em Brasília.

Texto por Mariana Gonzalez

Quando cursava o Ensino Médio numa escola estadual do Rio de Janeiro, Ronald Luiz dos Santos – mais tarde conhecido como Ronald Sorriso – queria promover um campeonato esportivo, que há alguns anos não acontecia naquela escola. Mas, sem que pudesse imaginar, esse foi o primeiro passo de uma trajetória política que começou na militância estudantil e o levou a ocupar o cargo de Secretário Nacional da Juventude, nomeado pelo presidente Lula.



A minha escola era o que me movia, mas logo comecei a perceber que as transformações que eram necessárias para a minha escola não eram decididas ali



Ronald Luiz dos Santos,
Secretário Nacional da Juventude

Sorriso “não via a política como uma possibilidade”, mas logo começou a se envolver no movimento estudantil para além das grades de sua escola e se tornou vice-presidente da União Nacional dos Estudantes e secretário Nacional da Juventude do PT.

Nos primeiros dias de governo Lula, em janeiro deste ano, ele foi nomeado para a secretaria, que fica dentro da Secretaria-Geral da Presidência, e assumiu a pasta “em estado lamentável”, com programas enfraquecidos e quase sem orçamento. A solução foi se juntar a outros ministérios para garantir políticas para a juventude em outras áreas, como Cultura, Educação e Ciência e Tecnologia.



Em entrevista à Capricho, Ronald Sorriso discute a importância de considerar a realidade e das demandas da juventude nas decisões políticas, fala das prioridades de seu trabalho –a maior delas: proteger jovens negros da violência policial– e aconselha jovens que, como ele, querem se aproximar da política:

“Não abram mão de questionar”.

CH: Como encontrou a Secretaria da Juventude quando chegou? E quais foram os primeiros passos de sua gestão?

RS: O estado da arte era lamentável. Encontramos um sistema nacional de juventude desconstruído, com todas as políticas descontinuadas, enfraquecidas, e um orçamento absolutamente reduzido, de 4 milhões de reais para fazer uma política para o Brasil inteiro, 94% menor do que era o orçamento de 2015. E os programas que foram criados no último governo são baseados não em dados e evidências, mas em achismos da última gestão.

Então, quando chegamos, nosso primeiro passo foi montar uma equipe absolutamente plural –para você ter uma ideia, de sete partidos políticos diferentes. A partir disso, começamos a reconstruir o Conselho Nacional de Juventude e formular políticas a partir do que a juventude diz, e não do que a gente acha. Eu venho de uma realidade periférica, sou nascido e criado em São Gonçalo (RJ) e sou alvo de uma série de opressões que

grande parte da juventude brasileira também é, mas não posso falar sobre a realidade dos jovens da periferia de Belém, de Manaus ou de Salvador, por exemplo. É preciso ouvir essas juventudes para, então, sintetizar uma estratégia de política de juventude que consiga responder às demandas de toda essa diversidade de jovens brasileiros. Esse é o nosso trabalho.

CH: E qual é a importância de ouvir a juventude ao formular políticas públicas?

RS: Há duas perspectivas em disputa sobre a juventude: a que compreende a juventude como um problema e a que entende como sujeita de direitos, que é a nossa. Para nós, a juventude não é um problema que precisa de solução, a juventude é a solução para os problemas do país. Não dá para pensar em políticas públicas sem os jovens, porque elas ficam ocas, sem efeito.

Basta pensar nas decisões que o último governo [Bolsonaro] tomou sobre a reforma do Ensino Médio sem ouvir os estudantes, e agora a Educação está fazendo um enorme processo de revisão. E enquanto isso, o Enem, que chegou a ter 7 milhões de inscritos que tinham esperança de entrar em uma universidade, agora teve menos de 3 milhões. O que isso simboliza? Que os jovens não têm mais perspectivas.



Na sua gestão, o Plano Juventude Viva, que instituiu programas para reduzir a mortalidade de jovens negros no Brasil, foi rebatizado de Juventude Negra Viva. Por que essa mudança é importante? E o que ela sinaliza?

O Plano Juventude Viva surgiu como proposta em 2008, mas, naquele momento, o Brasil tinha dificuldade de visualizar que há um público alvo de mortes violentas no Brasil [se referindo a jovens negros e periféricos], ainda que dados já mostrassem isso. Ainda estávamos desconstruindo o mito da democracia racial, não havia lei de cotas e poucos pesquisadores negros estavam produzindo sobre suas existências. Mesmo assim, mesmo

chamando Juventude Viva, o programa abarcava especialmente a juventude negra. Em 2017 o programa foi descontinuado, sobretudo com a vitória do último governo, mas agora será retomado.

Hoje, com o movimento negro ainda mais fortalecido, a questão da mortalidade de jovens negrs é muito mais clara, evidente. E a mudança no nome –de Plano Juventude Viva para Juventude Negra Viva– deixa claro esse reconhecimento por parte do governo. A juventude negra está ali, e nós estamos olhando para ela. Nenhuma morte deve ser aceita.

O que te levou à política? E o que diria para jovens que se interessam por política, querem fazer parte dela, mas não sabem como começar?

Comecei no movimento estudantil pela possibilidade de realizar um campeonato esportivo que não acontecia há muito tempo na minha escola e, na época, as pessoas confiavam em mim para isso. Como deu muito certo, acharam que eu tinha que ir para o grêmio, que na minha escola era muito tradicional. Àquela altura, eu não entendia a política como uma possibilidade, mas acabei sendo convencido. A minha escola era o que me movia, mas logo comecei a perceber que as transformações que eram necessárias para a minha escola não eram decididas ali. Por isso, comecei a me articular na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e com o governo estadual, e

escolhi um partido –o PT, Partido dos Trabalhadores– para poder desenvolver políticas públicas de juventude.

Quando a gente entende que as decisões que nos afetam são tomadas por alguém e que a gente precisa ter acesso a este alguém e este espaço para exigir os nossos direitos, a aproximação com a política faz mais sentido. A política não pode ser algo hereditário e exclusivo das elites, como de costume no Brasil. Precisa ser algo popular, acessível. Então, o que eu diria para as pessoas mais jovens que também têm esse interesse de participar da política é: se joga, se envolve e não abdica de questionar. O motor de qualquer luta social é a transformação.

